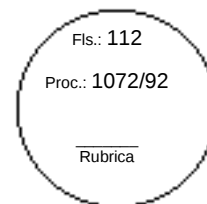




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



PROCESSO Nº 1072/92

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado de Educação - SE

ASSUNTO: **Aposentadoria.**

MONTANTE EM EXAME: R\$ 3.225,66<sup>1</sup>

EMENTA: Concessão de aposentadoria a Antônio de Oliveira Silva, matrícula nº 72.480-7, no cargo de Professor, Nível 3, Classe Única, Padrão 18C, com fundamento no art. 40, III, "b", e § 4º, da CRFB, com a vantagem prevista no art. 184, II, da Lei nº 1.711/52, de acordo com o ato publicado no DODF de 26/12/91.

Legalidade – Decisão nº 1312/96.

**Cumprimento de diligência. Decisão nº 6983/09. Conhecimento.**

**Decisão Normativa nº 03/2011 – manifestação do interessado.**

**Ilegalidade.**

Senhor Diretor:

Trata-se no presente processo de concessão de aposentadoria a Antônio de Oliveira Silva, nos termos mencionados na ementa.

2. Registre-se que, em conformidade com o entendimento desta Corte no Processo nº 952/03 (Decisão nº 3924/03), o presente feito tramita em conjunto com o de nº 7471/93, em que se trata da segunda aposentadoria concedida ao servidor.

3. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

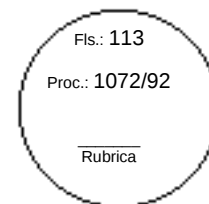
- Ato concessório: fl. 14;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fl. 53;
- Abono provisório: fl. 55.

---

<sup>1</sup> Calculado em 03/10/2013, de acordo com a Portaria nº 236/02.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



4. A aposentadoria foi aprovada pelo Tribunal por meio da Decisão nº 1312/96, com recomendação para que fosse tornado sem efeito o ato pelo qual havia sido anulada a concessão do benefício, o que foi devidamente cumprido por meio do ato publicado no DODF de 29/05/96 (fls. 41 e 44).

5. Na apreciação da segunda aposentadoria concedida ao servidor, no Processo nº 7471/93, mediante a Decisão nº 6983/09, reiterada pela de nº 3617/13 (fls. 69 e 92), foi determinada a realização de diligência nos seguintes termos:

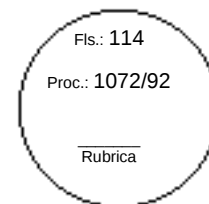
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I** - ter por parcialmente cumprida a diligência constante do Despacho Singular nº 207/02 – GCJF; **II** - determinar o retorno dos autos Apenso à Secretaria de Estado de Saúde, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: **a)** informar, em relação ao tempo de serviço averbado com base em justificação judicial, no período de 09.10.63 a 18.01.68, fl. 23 do Apenso nº 061.010.207/1992, se se trata de uma das exceções previstas no Enunciado nº 27 das Súmulas da Jurisprudência do TCDF (circunstancias especiais, como sinistro, roubo ou extravio de documentos que impossibilitem a regular expedição de certidão própria), indicando qual a situação ocorrida; **b)** verificar, junto ao servidor e à Secretaria de Estado de Administração do Piauí, se efetivamente não houve a prestação de serviço no cargo de professor, no período de 09.12.70 a 25.01.79, fl. 10 do Apenso nº 1072/92, ratificando as informações de fl. 129 do Apenso nº 061.010.207/1992. Caso seja confirmada a inexistência de prestação de serviço no aludido período, comunicar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para regularização da situação do servidor, uma vez que foram computados, para fins de aposentadoria especial de magistério, os períodos de 24.04.63 a 23.05.77 e de 27.12.77 a 07.05.78.

6. Para atender à diligência determinada, a Secretaria de Estado de Educação do DF buscou informações junto à Secretaria de Saúde do DF, que, por sua vez, manteve contato com a Secretaria de Administração do Estado do Piauí, conforme consta de fls. 70/88. Em complementação às informações prestadas pelo órgão, esta unidade técnica juntou as cópias de documentos de fls. 95/111, extraídas do Processo nº 7471/93.

7. A questão a ser resolvida nos autos diz respeito à falta de comprovação da efetiva prestação de serviços ao Estado do Piauí, no período em



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



que o servidor já trabalhava no Distrito Federal, conforme consta do Processo nº 7471/93. Nesse sentido, as providências adotadas pelos órgãos nos dois processos indicam que o Estado do Piauí não dispõe de quaisquer informações a respeito dos períodos averbados pelo servidor, embora este tenha apresentado certidões de tempo de serviço e atos de nomeação que teriam sido expedidos pela Administração Pública piauiense.

8. Conforme a análise realizada no Processo nº 7471/93, restou sanada a pendência relacionada ao tempo de serviço comprovado por meio de justificação judicial e averbado para a concessão de aposentadoria na SES/DF. Por outro lado, em relação à presente concessão, feita pela SE/DF, desconsiderada a informação sobre a inexistência de registros na Administração Pública do Piauí, pois há atos de nomeação (fls. 108/110), verifica-se que o servidor não trabalhou durante todo o período certificado pelo Estado do Piauí (de 24/04/63 a 25/01/79 – fl. 10), visto que já trabalhava no Distrito Federal desde 13/01/67, como mostram os registros de emprego lançados na certidão expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (fl. 10 e fl. 22 do apenso nº 061.010207/92-GDF).

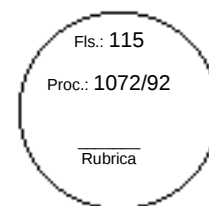
9. Ao se manifestar nos autos (fl. 111), o interessado admitiu o afastamento do exercício do cargo ocupado no Estado do Piauí e alegou que, à época, era comum o professor manter o vínculo formal de trabalho durante os afastamentos, em virtude da escassez de professores, e que não se preocupou em romper esse vínculo formal porque fora admitido na extinta Fundação Hospitalar do DF-FHDF sob o regime celetista.

10. Em verdade, desde 13/01/67 o servidor já trabalhava no Distrito Federal, em empregos na iniciativa privada (fl. 22 – apenso nº 061.010207/92-GDF), e, assim, não poderia ter trabalhado como Professor no Estado do Piauí. Portanto, a irregularidade não está relacionada à adoção de um ou outro regime de trabalho, mas decorre do fato de o servidor ter apresentado à SE/DF certidão de tempo de serviço que teria sido prestado ao Estado do Piauí, quando já se encontrava trabalhando aqui no Distrito Federal.

11. No Processo nº 7471/93, a averbação do outro tempo de serviço também prestado ao Estado do Piauí, na função de Juiz de Direito (Suplente), ficou limitada ao período de 09/10/63 a 12/01/67, justamente porque havia concomitância entre os períodos certificados pelo Estado do Piauí e pelo INSS. Nesse contexto, procedendo-se às correções devidas, obtém-se a seguinte composição do tempo de serviço:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



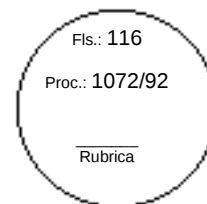
<b>Processo nº 1072/92</b>				
<b>Origem</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>	<b>( - )</b>	<b>Dias</b>
Estado do Piauí	24/04/1963	12/01/1967		1.360
<del>Estado do Piauí</del>	<del>13/01/1967</del>	<del>23/05/1977</del>		<del>3.784</del>
FEDF	24/05/1977	26/12/1977	9	208
<del>Estado do Piauí</del>	<del>27/12/1977</del>	<del>07/05/1978</del>		<del>132</del>
FEDF	08/05/1978	25/12/1991		4.980
Licença Especial				365
Total				6.548
17 anos, 11 meses e 13 dias				

<b>Processo nº 7471/93</b>				
<b>Origem</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>	<b>( - )</b>	<b>Dias</b>
Estado do Piauí	09/10/1963	12/01/1967	3	1.189
Iniciativa Privada (Brasília-DF)	13/01/1967	16/01/1967		4
Iniciativa Privada (Brasília-DF)	01/02/1967	11/09/1967		223
Iniciativa Privada (Brasília-DF)	12/09/1967	08/12/1970		1.184
FHDF	09/12/1970	12/11/1992		8.010
Licença Especial				720
Total				11.330
31 anos e 15 dias				

12. Conclui-se, portanto, que o tempo de serviço prestado pelo servidor não é suficiente para a concessão da aposentadoria tratada nos autos, pelo que se faz necessária a revisão da Decisão nº 1312/96, pela qual a Corte aprovou a concessão, bem como que se providencie a anulação do ato correspondente. Neste caso, verifica-se que o interessado já se manifestou nos autos sobre os questionamentos feitos pelo Tribunal, a respeito do tempo de serviço averbado de forma irregular, de modo a se mostrar atendida a formalidade prevista na Decisão Normativa-TCDF nº 03/2011, que estabelece a necessidade de cientificar o interessado a respeito da irregularidade, antes de considerar ilegal o ato concessório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



13. Ante o exposto sugere-se:

- I) rever a Decisão nº 1312/96 pela qual a Corte considerou legal a concessão de aposentadoria tratada nos autos, ante a constatação de que servidor não trabalhou durante todo o período certificado pelo Estado do Piauí (de 24/04/63 a 25/01/79), pois já se encontrava no Distrito Federal, desde 13/01/67, como mostram os registros de emprego lançados na certidão expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- II) considerar ilegal a concessão em exame, com recusa do registro, devendo a Secretaria de Estado de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria.

À consideração superior.

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

Valter Oliveira Reis  
Auditor de Controle Externo  
Mat. nº 382-4